

Falta educação para moços e moças

CARLOS ALBERTO RABAÇA *

Com aproximadamente 18 milhões de brasileiros analfabetos, toda e qualquer perspectiva de desenvolvimento econômico, político e social fica comprometida. O atual quadro educacional é desolador, mesmo entre aqueles que se iniciam no processo de alfabetização. De cada 1000 alunos que entram para o primeiro grau, apenas 220 conseguem concluí-lo, segundo o IBGE. Ora, a se manter este quadro, teremos dentro de pouco tempo um povo sem referências e sem cidadania, totalmente desprovido de informação cultural e com qualidade profissional deficiente.

Só a educação pode possibilitar ao homem a capacidade do discernimento e a prática do exercício da liberdade. No entanto, não tem sido essa a prioridade política de nossos governos, dificultando o despertar de uma consciência nacional e mantendo privilégios de alguns à custa da ignorância de muitos, prática tão retrógrada quanto mesquinha. A educação é também o instrumento capaz de criticamente sensibilizar e mobilizar a sociedade para o problema dos 35 milhões de crianças que vivem em total estado de pobreza no país, sem amparo e sem esperança, entregues à revolta, à violência e às drogas.

A Constituição, promulgada em 1988, determina que sejam aplicados em educação 18% do orçamento federal, índice que sobe para 25% nas receitas estaduais e municipais. Hoje, constatamos que tal índice não saiu do papel, já que se destina apenas 3,5% do PIB para educação.

Crianças em idade escolar são obrigadas a ingressar no mercado de trabalho, apesar de a Constituição proibir o trabalho de menores de 14 anos. Sem qualquer garantia trabalhista, representam 11,6% da população economicamente ativa. Destes, 40% estão na faixa dos 10 aos 14 anos e trabalham, em média, mais de 10 horas diárias, recebendo no máximo um salário.

Portanto, não causa surpresa o fato de termos deixado de ocupar o oitavo lugar na economia mundial, muito menos por continuarmos caindo. A ascensão dos chamados Tigres Asiáticos, cujo processo de industrialização se deu décadas após o nosso, deve-se, sobretudo, ao investimento maciço em educação, incorporando à sua cultura a valorização e o respeito à qualidade de vida do cidadão. A Alemanha e o Japão são exemplos de reconstrução pós-guerra, em função da responsabilidade na formação de seus jovens.

Se a educação é mola mestra no desenvolvimento desses países, por que seria diferente no Brasil? Afinal, quem tem medo da educação?

Certamente aqueles que ainda não desencarnaram dos velhos processos do autoritarismo ou do assistencialismo político.

O poder público deve a escola à criança, mas não tem o direito de restringi-la pedagogicamente a espaços físicos, em projetos meramente arquitetônicos e sem atentar para o treinamento e a valorização do professor. Em termos democráticos, uma política voltada para a educação há de considerar, sobretudo, a valorização do homem, conduzindo-o ao bem-estar social, formando-o livremente, deixando que a sua personalidade se expanda de dentro para fora. O brasileiro bem-formado constituirá, assim, uma célula viva e fecunda do corpo social, um cidadão habilitado a produzir frutos que redundarão em desenvolvimento e, portanto, no fortalecimento de uma grande nação.

O governo deve abrir mão das aventuras industriais e de sua presença na economia e concentrar sua atuação na infra-estrutura social, em áreas como a educação, saúde e saneamento, a fim de plasmar esse brasileiro do futuro, com as qualidades de cidadão. Assim, daremos soluções para os problemas brasileiros.

* Professor e ex-presidente do Centro de Integração Empresa-Escola